

Crítérios de noticiabilidade e pauta da mídia legislativa da Câmara dos Deputados

Cristiane Brum Bernardes

Doutora

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

cris.brum@gmail.com

Resumo

O artigo analisa os critérios de noticiabilidade adotados nas mídias legislativas mantidas pela Câmara dos Deputados: TV Câmara, Rádio Câmara, Jornal da Câmara e Agência Câmara. O objetivo é compreender a influência dos valores-notícia clássicos na organização da pauta e nas rotinas de produção adotadas nessas mídias. Com missão específica, tais veículos acabam adotando, muitas vezes, os mesmos critérios da mídia comercial, em uma tentativa de obtenção de legitimidade no campo jornalístico.

Palavras-chave

Noticiabilidade, mídias legislativas, Câmara dos Deputados.

1 Introdução

A noticiabilidade – conjunto de requisitos que se exige de um fato para que se torne uma notícia, ou seja, adquira existência pública (LALINDE, 1990) – é constituída pelos critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de imprensa enfrentam a tarefa de escolher as notícias (WOLF, 1995) e está vinculada ao processo de rotinização e estandardização das práticas produtivas, conduzindo a critérios como o espaço disponível e a política editorial, a aprovação do anunciante e a apreciação do leitor (BERGER, 1996).

Para uma definição dos valores-notícia, vários autores fornecem boas pistas que nortearam a investigação dos aspectos específicos presentes nas mídias legislativas mantidas pela Câmara dos Deputados: TV Câmara, Rádio Câmara, Agência Câmara e Jornal

da Câmara. Uma vez que não há espaço para noticiar todos os fatos produzidos diariamente pelo Legislativo, questões culturais, sociais, institucionais, políticas e econômicas interferem na escolha dos acontecimentos que devem virar notícia. Segundo Bird e Dardenne, os valores-notícia “são códigos culturalmente específicos de contar ‘estórias’ ” (BIRD-DARDENNE, 1993, p.268).

Os critérios identificados por Johan Galtung e Mari Ruge em um estudo sobre o noticiário internacional – frequência, amplitude, clareza, significação, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas, referência a algo negativo – são um exemplo dos critérios adotados no jornalismo (GALTUNG-RUGE, 1993, p.71; KUNCZIK, 2001, p.245-246).

Alguns autores ressaltam o papel dos valores-notícia, ou *news judgement*, na denominação precisa de Gaye Tuchman (1993, p.83), como defesa do jornalista que os invoca como critérios profissionais e técnicas objetivas na hora das críticas. O aprendizado dessas regras no ambiente profissional, através da socialização do jornalista, serve como facilitador das rotinas, uma vez que a adoção desses critérios possibilita o cumprimento das tarefas dentro do prazo disponível, além de constituir um freio aos jornalistas (BREED, 1993). A noticiabilidade, portanto, é definida em conjunto pelos informadores através de um complexo processo de negociação que envolve a instituição como um todo, os profissionais e as fontes de informação (TUCHMAN, 1983, p.25). A partir dessa negociação são definidas as regras e os métodos para coleta, seleção e apresentação das informações ou dos fatos noticiosos.

A primeira condição para noticiabilidade de um fato é o conhecimento dele por parte dos jornalistas. O acontecimento precisa “chegar” até a redação para que seja incluído no noticiário. E para que isso aconteça, é fundamental a atuação das fontes, ou seja, as pessoas ou instituições que relatam os acontecimentos para os jornalistas, uma vez que eles não estão em todos os lugares, ao mesmo tempo, para acompanhar por si próprios tudo o que noticiam. No caso das mídias legislativas, as principais fontes de informação são os deputados, além das instâncias burocráticas da própria instituição – Coordenação de Relações Públicas, Consultoria Legislativa, Comissões Permanentes, etc.

Em resumo, um fato vira notícia quando atinge um patamar de importância e interesse considerado satisfatório pelos jornalistas. Ou seja, a notícia é aquilo que interessa e é importante para os leitores, segundo a avaliação dos jornalistas. Wolf (1995, p.180-182) destaca, a partir das análises de vários autores, quatro variáveis que interferem no

estabelecimento da importância de uma notícia: 1) o nível hierárquico dos envolvidos no acontecimento (WOLF, 1995, p.180); 2) o impacto do fato sobre a Nação, isto é, a capacidade de influir no interesse do país; 3) a quantidade de pessoas envolvidas pelo acontecimento; e 4) as consequências do fato, ou seja, a *“relevância e a significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação”* (1995, p.183). Nenhum desses critérios atua sozinho, todos são levados em consideração pelos jornalistas em conjunto com os demais, num processo de negociação permanente. Assim, fatos que têm consequências óbvias e sérias serão mais facilmente noticiáveis, como por exemplo, as eleições ou as trocas de comando em instituições públicas. Se o impacto de um fato tiver interesse para muitas pessoas, maior é a chance de ele ser noticiado.

Nem sempre estes critérios estão escritos ou são normatizados pela equipe do veículo de comunicação. Ao contrário, é comum, como afirmam alguns autores, a existência de um “senso prático” em atuação, “um saber imperfeitamente verbalizável” (NEVEU, 2006, p.92) que condiciona a prática dos jornalistas. Desta forma, a linha editorial de um veículo nem sempre é explícita, porque uma das habilidades requeridas de um profissional, segundo Gans, é exatamente o desenvolvimento de “um senso prático proveniente da experiência que lhe permita hierarquizar rapidamente o caos da informação” (NEVEU, 2006, p.91). A incerteza e a fluidez dos critérios, portanto, seriam coisas naturais em uma redação. Ao mesmo tempo, tal incerteza é diminuída com a rotinização do trabalho, destinada a reduzir a contradição, incoerência ou anarquia de uma atividade coletiva com boa dose de subjetividade (BIROLI, 2010, p. 210).

Neste artigo, analisamos como as rotinas de produção de pauta adotadas pelas quatro mídias mantidas pela Câmara interferem e condicionam de forma essencial a noticiabilidade desses veículos. Para a realização do estudo, utilizamos algumas técnicas complementares de pesquisa: pesquisa bibliográfica; observação-participante das rotinas de produção dos quatro veículos legislativos; e entrevistas em profundidade com os profissionais dessas mídias¹.

2 Organização do mundo

É preciso ressaltar que o processo de produção da notícia começa exatamente na execução da pauta, que constitui a “primeira filtragem do caos ecossistêmico” (HENN, 1996,

¹ A observação-participante das rotinas produtivas dos quatro veículos legislativos foi realizada pela autora entre 2007 e 2009 para sua tese de Doutorado em Ciência Política defendida em 2010. As entrevistas em profundidade, realizadas com 43 profissionais da Secom, são outra técnica usada no trabalho.

p.86). Perceber a pauta como o início do processo de construção da notícia permite ao pesquisador admitir que as definições presentes nela são parte de uma atividade coletiva, ultrapassando o limitado alcance de teorias anteriores (como a do *gatekeeper*) que determinavam a um indivíduo o poder das decisões tomadas nessa etapa. Como lembra Henn, “a pauta traduz e seleciona acontecimentos segundo sistema de valores codificados tanto no jornalismo como na sociedade” (1996, p.94). Ainda que, em algumas situações, as decisões sejam individuais, elas estão ancoradas em um conhecimento e em regras partilhadas pelo grupo. Do contrário, o indivíduo sofreria sanções pelos membros da comunidade com maior poder.

A observação das rotinas produtivas envolvidas na pauta é a primeira etapa de um estudo detalhado sobre os processos produtivos dos veículos. Antes mesmo da coleta das informações, os jornalistas fazem escolhas e apontam os caminhos que a cobertura seguirá. Dentro da rotina produtiva diária, a pauta é a fase de preparação dos repórteres, início do processo de seleção dos fatos que serão relatados. É por onde deve começar, portanto, qualquer análise sobre o produto simbólico do jornalismo.

A pauta, no jornalismo, é o primeiro processo que estabelece uma organização para o caos dos fatos do mundo. Nela transparecem as visões que orientam a prática e as regras que conduzem a rotina do trabalho jornalístico. Essa rotinização é necessária porque os produtores precisam enfrentar situações inesperadas com rapidez e, por isso, as decisões são, de certa forma, codificadas previamente. Contudo, a pauta não pode ser tão rígida a ponto de impedir a cobertura de fatos inéditos e imprevistos, ainda que suas convenções ofereçam quase sempre uma “representação padrão dos objetos” (HENN, 1996, p.94).

Entre os veículos da Câmara há diferenças no processo de produção da pauta, ainda que todos partam do material comum fornecido a cada semana pela Coordenação de Jornalismo. Esse material é um arquivo comum em formato PDF chamado “Mapa de Reportagem”, atualizado diariamente e que contém todos os eventos que serão realizados durante a semana na Câmara, desde reuniões ordinárias e extraordinárias de comissões, seminários, congressos, audiências públicas, reuniões de bancada, de líderes, sessões do Plenário, visitas oficiais, abertura de exposições, etc.

Na TV Câmara, todas as segundas-feiras, às 14h, a equipe da pauta (chefe da pauta e três pauteiros) reúne-se com o chefe de reportagem, o chefe da produção, o editor-chefe do Câmara Hoje e a Coordenadora de Jornalismo da emissora para definir o que será coberto durante a semana dentre todos os eventos que serão realizados. E, nas terças-feiras, a

reunião com os diretores dos programas define os assuntos de cada produção. Logicamente, como é feita na segunda-feira, a programação pensada para a pauta pode mudar durante a semana, caso algum fato importante ocorra. A única coisa certa é que um repórter será destinado para cobrir o Plenário, nos dias em que há sessões ordinárias (de terças a quintas, geralmente) e uma equipe com produtor ficará de plantão no Salão Verde, a fim de coletar as sonoras do presidente e dos demais deputados que falarem no local, o preferido pelos jornalistas da mídia comercial para colher declarações dos políticos.

Depois da escolha coletiva dos assuntos que serão abordados, o chefe de reportagem leva as decisões à reunião da Coordenação de Jornalismo, que acontece às 16h, da qual também participam os chefes de reportagem e editores-chefes dos quatro veículos: Jornal, Agência, Rádio e TV. Nessa reunião, os veículos combinam qual deles vai cobrir qual evento e informam aos demais quais os repórteres responsáveis por cada cobertura. Ao longo da semana há várias alterações no esquema, que são comunicadas à Coordenação e transmitidas às demais equipes. Por exemplo, podem surgir eventos que não estavam previstos, outros podem ser cancelados, alguns podem receber mais atenção dos deputados e mobilizar a sociedade civil, o que, geralmente, pode justificar sua cobertura.

Na Rádio e na Escrita (Jornal e Agência)², não há reuniões coletivas para definição das pautas. No máximo, uma discussão entre o chefe de reportagem e os editores, muitas vezes feita na própria reunião da Coordenação de segunda-feira. Depois disso, os repórteres recebem as pautas a cada dia. Na Rádio, as pautas são distribuídas para uma pauteira e um produtor, responsáveis por elaborar um pequeno texto introdutório sobre o assunto, com indicações ao repórter. Geralmente, entretanto, o texto consiste em matérias já publicadas sobre o assunto, tanto na Agência quanto em veículos comerciais. Isso serve para localizar o repórter na discussão, porque muitas vezes ele não tem conhecimento prévio sobre o assunto que vai cobrir a cada dia.

Os repórteres da Escrita recebem apenas, no dia anterior, a informação sobre o que irão cobrir no dia seguinte. É um arquivo comum, enviado a todos da equipe pela chefe de reportagem e do qual constam apenas as informações básicas: qual será o evento, em que local vai ocorrer e o horário. A partir disso, o repórter pode consultar matérias já publicadas e o arquivo preparado pela Coordenação com os subsídios sobre o assunto. Nesse arquivo,

² Apesar de constituírem veículos diferentes, com suportes tecnológicos diferenciados e equipes próprias de edição, o Jornal e a Agência compartilham a mesma equipe de reportagem desde 2006. Em março de 2011, o comando hierárquico das duas equipes também foi unificado. O setor é identificado como “Imprensa Escrita” dentro da organização da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Câmara.

que não difere muito do texto preparado pelos pauteiros da rádio, há matérias já publicadas sobre o assunto. Somente em matérias especiais, que precisam de mais tempo para apuração, é feita uma produção prévia, por um outro profissional, com uma pauta mais elaborada, onde consta um resumo do assunto, sugestão de fontes, questões essenciais que devem ser respondidas na matéria, etc.

Na TV Câmara, o processo é um pouco diferente. Por contar com uma equipe de pauta, a emissora prepara informações mais detalhadas sobre cada assunto para guiar o repórter ou produtor que irá coletar as informações, acompanhar os eventos ou entrevistar as fontes. Geralmente, há um texto elaborado pela própria equipe que explica os pontos principais de cada discussão ou matéria em votação na Câmara, além da reprodução daquilo que já foi publicado sobre o tema. Há uma indicação, também, sobre as pessoas que devem ser ouvidas, de perguntas que podem ser feitas, de pontos que podem ser destacados, de imagens que devem ser obtidas. A intenção principal do trabalho de pauta da emissora é poupar tempo de apuração, tanto pelos produtores quanto pelos repórteres.

O trabalho de pesquisa sobre o assunto, que é todo feito pelo próprio repórter na Agência, é feito por um pauteiro na TV Câmara. Muitas vezes, dependendo da necessidade e da disponibilidade das fontes, as próprias entrevistas são feitas por produtores e ao repórter caberá somente elaborar o texto, selecionando as sonoras³ que melhor se encaixam e gravar a passagem ou boletim, além da locução da matéria. Na Rádio, embora o repórter não faça a pesquisa, geralmente ele fará também as entrevistas. No caso de eventos realizados na Câmara, na maioria das vezes será ele quem estará presente para fazer o relato dos fatos. Mas, em algumas situações, pelas mesmas razões logísticas da TV, os produtores poderão gravar as sonoras e ao repórter caberá fazer o texto, selecionar as sonoras e fazer a locução da matéria.

A questão do tempo e dos recursos parece ser crucial para a televisão. Assim como não podem se dar ao luxo de mandar uma equipe a um local para ver o que vai acontecer por lá – com o risco de nada acontecer e faltar material para fechar o jornal –, o pessoal da tevê precisa editar muito mais rapidamente a matéria. É preciso haver um trabalho prévio para que o repórter possa pegar as sonoras que vão ser editadas e fazer as passagens que serão necessárias e aproveitadas na matéria. Ele não terá como voltar depois e gravar uma passagem – ou porque o evento já acabou, ou porque não haveria tempo para isso.

³ Trechos das entrevistas com os informantes, ou fontes, no jargão jornalístico, que serão usados na matéria final.

Desse modo, é uma necessidade do trabalho e um requisito técnico que o profissional já tenha informações completas sobre o que vai ocorrer e quem vai falar sobre o quê antes de chegar ao local do fato. Caso contrário, o trabalho pode ser todo perdido. Obviamente, no caso de ocorrer outra coisa muito diferente do que previa a pauta, é obrigação do repórter modificar a cobertura e dar atenção ao que efetivamente aconteceu, o que muitas vezes também não é possível devido ao tempo que é necessário para fechar uma matéria de tevê.

3 Escolhas dos temas

Segundo o Coordenador de Jornalismo, muitas vezes a escolha dos temas que serão cobertos pelos veículos é feita de acordo com o assunto e com a afinidade do veículo com aquele assunto.

Os orçamentos, por exemplo, são assuntos mais complexos. É mais viável explicar uma matéria orçamentária por um texto escrito do que por um texto falado, pela quantidade de números que tem, pela complexidade do assunto. Então, normalmente quem cobre as comissões de orçamento é a área escrita, mas que abre também para a Rádio Câmara, produz material para que a Rádio Câmara possa aproveitar. Como eu disse, como a TV não está completamente inserida nessa dinâmica de cooperação dos veículos, ela fica mais livre para cobrir as coisas, embora ela tenha uma interação com a Rádio. Muitas vezes a TV produz coisas e a Rádio pega a sonora depois. (...) Em geral, a TV cobre as audiências públicas mais disputadas, as CPIs, o que for mais afeito a imagem (depoimento à pesquisadora).

Durante os sete meses de observação-participante na TV Câmara, quatro deles na equipe da pauta, pude observar como são feitas as pautas e também quais os critérios usados nessa etapa da produção. A definição das matérias factuais da semana é feita na reunião de segunda-feira, como já mencionado. Nesse encontro, os profissionais discutem quais comissões serão cobertas por um repórter, quais vão ser incluídas apenas no “giro”, quais merecem um VT completo, quais entrarão como nota coberta ou apenas menção, nota falada pelo apresentador. Na verdade, no momento em que vão lendo o que está previsto na agenda, os jornalistas já decidem o que pode render ou não imagens. Essa é a preocupação central.

Um fato que tenha péssimas imagens – geralmente eventos que debatem questões teóricas ou conceituais sobre a legislação ou tipos de leis que tratam de conceitos abstratos – só entrará na cobertura como VT se for muito relevante. A reforma política, por exemplo. Não rende boas imagens, mas é vital para o funcionamento da Casa legislativa e é um tema pelo qual os deputados têm todo o interesse. Por isso, merece cobertura.

No geral, fatos que dizem respeito a assuntos mais populares ou legislações com efeitos práticos sobre a vida das pessoas – que tratam de medicamentos, do preço dos produtos e serviços, que mudam regras de conduta em situações comuns, etc. – são enfatizados. Além disso, decisões práticas – virou lei, só falta ser sancionado, foi aprovado pela Câmara – também merecem muito mais atenção do que discussões sobre determinados assuntos, especialmente aquelas que estão nas instâncias iniciais do processo legislativo. Por exemplo, projetos apresentados só viram pauta se forem muito polêmicos, importantes ou “diferentes”, um critério que está ligado a uma popularização da notícia, muito mais usada na televisão do que na imprensa escrita. Ou seja, o que vai acontecer imediatamente tem relevância sobre o que ainda está sendo pensado e debatido. Na tevê, os fatos são mais relevantes do que a opinião em maior proporção do que na Agência ou na Rádio.

O “giro” é composto pelos eventos do dia que não merecem ser acompanhados por um repórter. Nesse caso, um produtor fica com uma equipe no corredor das comissões e passa, literalmente, pelas diferentes reuniões a fim de constatar se algo importante acontece em alguma delas. Na rádio eles também fazem algo parecido, mas são os repórteres que cobrem. Na verdade, o giro, como já conversei com vários colegas, é uma tentativa frustrada, na maioria das vezes, de cobrir tudo o que está acontecendo na Câmara. Na opinião de muitos repórteres, é um esforço desnecessário, porque acrescenta pouca informação para o público. Seria muito mais conveniente que o editor escolhesse antes o que deveria ser coberto. Como há uma dúvida sobre o que pode render e não há como desperdiçar uma equipe de televisão com eventos que podem não render nada do ponto de vista jornalístico, eles preferem não escolher antes e deixar que a equipe “sinta o clima” na hora dos fatos.

Na Rádio, grande parte das pautas tem como base assuntos que são repercutidos na imprensa comercial, especialmente nos jornais diários como *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S.Paulo*, *O Globo*, etc. Mesmo na cobertura dos eventos programados na agenda da Câmara, geralmente o material usado como subsídio traz aquilo que já foi publicado pela mídia convencional sobre o assunto. Além disso, ao contrário da Agência e do Jornal, muitas matérias trazem a repercussão, junto aos parlamentares, de assuntos que estão na agenda da mídia comercial, algumas vezes relacionando os temas com os projetos que estão na Câmara e audiências feitas na Casa, outras apenas convocando os líderes para opinarem sobre as questões. Por concentrarem grande atenção na Presidência e no Salão Verde, os jornalistas da Rádio acabam apresentando uma cobertura bastante parecida com a dos

veículos comerciais: divulgam as mesmas sonoras, focalizam os mesmos assuntos, ouvem as mesmas fontes.

Apesar de achar mais interessante como jornalista repercutir os assuntos de que a mídia está tratando – no jargão jornalístico são os assuntos “quentes”, os temas do dia –, é razoável questionar se essa é ou não a função das mídias legislativas. O processo não deveria ser exatamente o contrário – a mídia convencional é que devia repercutir os assuntos tratados nos veículos da Câmara, fontes oficiais, por assim dizer, de informações sobre a instituição?

Durante a observação, uma das repórteres da Rádio fez um comentário que levantou a questão. Segundo ela, o critério da rádio é “jornalístico mesmo”, ou seja, é muito similar ao das demais mídias, especialmente comerciais. O noticiário da rádio é muito baseado nos assuntos que estão sendo abordados nos jornais e demais veículos do país. Enquanto isso, a Agência, para ela, tem a função de pautar os outros veículos. Por isso a ênfase que os editores da Agência dão aos próximos passos de comissões ou relatores. Como ela mesma concluiu, a informação de que o relator irá apresentar seu parecer na próxima semana sempre é incluída no pé de uma matéria da rádio, enquanto na Agência isso sempre vem no lide, ou seja, é mais importante para a Agência noticiar as etapas do trâmite legislativo.

Uma outra repórter da Rádio criticou a rigidez da pauta da TV Câmara após fazer o curso de Telejornalismo promovido pela Secom. Segundo ela, a matéria de tevê é “uma grande enganação, pois já é toda roteirizada antes, o que tira completamente a liberdade do repórter”. Ela comentou ainda que os profissionais da tevê não se dão ao trabalho de assistir à audiência e ver se a pauta que receberam da redação vai ser confirmada ou se a reunião ou audiência acabou destacando outros assuntos, o que é muito comum. Ela contou sobre a situação em que salvou a produtora que ia entrar ao vivo na programação da tevê ao informá-la que o relator do projeto que iria ser entrevistado havia tido seu relatório rejeitado pela comissão, pouco antes. “Eu disse pra ela, pega o fulano, que teve o relatório aprovado, não esse aí, que foi rejeitado”, completou. Outra repórter concordou com as observações e chegou a comentar que os colegas da TV não conseguem nem prestar atenção nas audiências e reuniões, porque têm o script feito antecipadamente e não podem sair dele.

De certo modo, o Jornal e a Agência são mais independentes, mais isolados da influência externa, mais preocupados com o que ocorre dentro da Câmara. Aliás, no jornal os assuntos externos só têm espaço quando repercutem dentro do Plenário, quando os

próprios deputados trazem os temas para a tribuna legislativa. Caso contrário, os temas do restante da mídia são solenemente ignorados.

4 Falta de pauta?

Nos veículos da Escrita, ao contrário da rigidez percebida pelos profissionais na TV, a falta de pauta foi durante muito tempo um assunto recorrente entre os repórteres. Depois de assistir ao curso de Telejornalismo que a Secom promoveu para jornalistas dos outros veículos da Casa em 2008, um repórter chegou aos brados na redação reclamando da falta de uma pauta diária que fosse distribuída para os profissionais nos moldes do que Rádio e TV fazem. “Sabe o que acontece lá? Há um trabalho de equipe, uma discussão das matérias. Óbvio que o repórter pode mudar o roteiro da matéria de acordo com o andamento dos fatos, como em qualquer lugar. Mas há uma pauta”, ressaltou.

A explicação dada por muito tempo para a falta de pauta da Escrita é uma razão burocrática, o fato de que os outros veículos – rádio e TV – tinham produtores para exercer a função, mas não a Agência e o Jornal. Outros motivos, contudo, também aparecem no discurso dos gestores. Já foi dito durante uma reunião que uma pauta mais detalhada “engessaria” o trabalho e tiraria a liberdade do repórter.

Como destacou o repórter irritado, contudo, tal explicação é apenas parcialmente correta, uma vez que cabe ao repórter modificar o rumo da pauta caso os fatos o justifiquem. Além disso, até 2009, havia dois funcionários pela manhã e dois à tarde na Agência denominados de produtores, mas que, em muitas ocasiões, não passavam de telefonistas. Em 2008, porém, uma das repórteres passou a ser responsável pela produção das pautas especiais.

Em várias conversas observadas na redação da Escrita, a opinião expressa pelos repórteres é de que as questões práticas de seleção dos fatos deveriam ser discutidas em conjunto pela equipe e que todos deveriam ter maior clareza sobre os objetivos das mídias da Câmara. Uma forma de fazer isso seria realizar uma reunião de pauta semanal e definir uma cobertura das reuniões ordinárias das comissões, para pautar assuntos e projetos relevantes socialmente, ao invés de limitar a cobertura a um critério burocrático de “cobrir

tudo”. Isso incluiria conhecer melhor os públicos, definir prioridades, além de clarear as diferenças entre a cobertura das mídias legislativas e a cobertura da mídia comercial⁴.

De certo modo, os profissionais cobram uma maior definição nas rotinas do trabalho. Na percepção de alguns profissionais da Escrita, não existe um trabalho realmente de equipe para que falhas pessoais causadas por desconhecimento, inexperiência e falta de percepção no momento de ocorrência dos fatos possam ser sanadas antes da edição da matéria. Falta a preparação de uma pauta que sirva de guia para o repórter, a presença constante de um editor para que os erros sejam corrigidos ao longo do dia e a presença de um revisor geral com conhecimento mais amplo do que o de editores e repórteres para detectar as possíveis falhas durante o processo de edição. Ou seja, falta uma definição clara de rotinas coletivas que possam ampliar o sentimento de identidade entre os profissionais.

Um aspecto a ser destacado nas rotinas dos veículos legislativos é que não há uma reunião diária de pauta, apesar da periodicidade das mídias ser similar à de veículos comerciais. Tal reunião não seria necessária em mídias com extrema dependência da agenda oficial da instituição e nas quais os fatos inesperados parecem ser desconsiderados. Para alguns, a pauta da mídia legislativa é muito mais institucional do que jornalística. Entretanto, como destaca Neveu, “a maioria dos acontecimentos relatados pelos jornalistas são rotineiros, previsíveis” (2006, p.89), afinal a antecipação dos imprevistos é outra competência jornalística essencial. Desse modo, a rotina de pauta dos veículos legislativos acompanha a tendência comum às demais redações jornalísticas.

Por outro lado, a “falta de uma pauta”, conforme afirmam alguns jornalistas, pode ser um benefício para os profissionais, pois fica nas mãos do próprio repórter a definição dos enfoques da matéria. Para muitos profissionais isso seria uma vantagem real se as definições dos repórteres sempre fossem respeitadas pelas equipes de edição, mas não é o que ocorre.

Ao mesmo tempo, a não-definição de pauta na escrita parece ter outro componente, um aspecto burocrático da organização que existe no órgão. Na verdade, trata-se de uma integração entre equipes que há tempos é gestada, sem uma conclusão definitiva. Como diferentes veículos, em diferentes suportes e com diferentes públicos, Agência e Jornal não têm exatamente os mesmos critérios para pauta e edição, o que complica a produção de uma

⁴ Desde a realização da observação, algumas mudanças podem ser percebidas na rotina da Escrita. Atualmente, a pauta distribuída diariamente contém algumas indicações para o repórter, especialmente quando o assunto será abordado em matéria especial.

pauta comum para guiar os repórteres. Além disso, até pouco tempo a chefia dos veículos também era diferente.

De qualquer modo, o que parece ser comum aos quatro veículos da Secom é a falta de um planejamento de pauta que pudesse prever os grandes debates que vão ocorrer na própria Câmara, ou que, pelo menos, permitisse aos jornalistas acompanhá-los com melhor qualidade, sem tanto imediatismo, como geralmente é feito. Isso, obviamente, requer uma equipe melhor preparada para tratar desses assuntos, com mais conhecimento sobre o sistema legislativo e sobre o processo de tramitação das matérias, mais conhecimento sobre o panorama político, sobre os interesses em disputa. Mais conhecimento, enfim, sobre o jogo político que se desenrola dentro da Câmara.

Algo que não é nem um pouco fácil, mas que é essencial para o trabalho de orientação do público sobre as questões legislativas, para ampliar a transparência do processo legislativo e da própria instituição Câmara dos Deputados. Sem essa noção, acaba sendo feita uma cobertura burocrática das questões, apenas dando voz aos parlamentares e a alguns setores da sociedade, mais organizados e mais capazes de influir no processo político. Geralmente, portanto, os *lobbies* do grande capital e dos grandes interesses empresariais.

5 Críticas dos profissionais

Para muitos repórteres, tanto da Rádio quanto da Agência, uma das principais dificuldades do trabalho é a falta de uma linha editorial clara nos veículos, aliada à desvalorização dos profissionais da reportagem. Uma repórter da Rádio disse que o maior problema da emissora é a falta de critérios. Segundo ela, “fica tudo muito solto, o repórter decide por si próprio o que é mais interessante e não há retorno sobre o que é feito”. Outra colega que participou da conversa também reclamou da pauta da rádio, dizendo que mesmo com vários produtores, não passa da matéria da Agência sobre o assunto.

Por outro lado, na Agência Câmara, muitos profissionais criticam a falta de uma cobertura efetivamente “jornalística”, isto é, dos fatos que estão na agenda do dia. Um dos jornalistas ouvidos durante a observação empírica afirmou que a “Agência Câmara constitui ‘uma central de produção em série’, um local onde se reorganizam textos que não são notícias, mas apenas informações”. Para ele, o principal ponto que revela isso é “a falta de uma seleção, de uma hierarquização dos fatos que são cobertos, uma vez que a pretensão é

que tudo seja noticiado”. Para ele, há “falta de uma pauta, no sentido jornalístico do termo, pois o que existe é apenas uma agenda de eventos que é seguida à risca, na medida do possível”. A falta de seleção dos eventos que merecem ser cobertos revela, para o jornalista, que “o critério de seleção é político, não jornalístico”. “A hierarquia interna dos deputados é levada em conta, não o critério de seleção dos jornalistas”, ou seja, o critério político se sobrepõe ao jornalístico. “Eles adotaram a estratégia de cobrir tudo para conseguir legitimidade junto aos parlamentares, para servir melhor ao cliente, não à população”, conclui.

Outro colega da Escrita acrescenta que há uma quantidade excessiva de trabalho realizado com pouca reflexão, “num esquema de ‘linha de montagem’ mesmo”. Para ele, isso revela o comodismo da equipe, pois “a seleção e a hierarquização dos fatos é uma ação perigosa, que dá muito trabalho”. O jornalista acredita que é preciso buscar um sistema de produção mais inteligente. Como acrescentou, “a política do jornal é publicar tudo para ninguém reclamar de nada”. Para ele, essa falta de regras jornalísticas claras abre espaço para o particularismo na cobertura, o que significa a entrada em ação dos critérios adotados a partir dos interesses e demandas dos parlamentares.

Em reuniões da equipe com os editores, contudo, não é esse o discurso dos profissionais encarregados da edição. Segundo os gestores da Agência Câmara, “o Tempo Real está destinado às notícias mais importantes”. Um deles complementou que: “o que é notícia, a gente publica. Essa é a regra absoluta, o resto é relativo”. Os flashes das audiências públicas, contudo, servem também para dar o andamento geral do debate e deixar os grupos que acompanham a discussão pela Internet a par do que ocorre na Câmara. Segundo eles, geralmente, o que deve nortear a cobertura e os flashes são os assuntos, mas no caso de CPIs, por exemplo, o critério pode ser o personagem do fato.

Na análise de Neveu (2006), a tecnologia autoriza a conversão da velocidade em excelência profissional, o que provoca a “impossibilidade de um distanciamento crítico” dos fatos noticiados. Em certa medida, parece ser esse o questionamento dos profissionais da Agência Câmara: a velocidade imposta ao relato dos fatos legislativos é mais um fator de risco do que um indicativo de qualidade da atividade. Ao mesmo tempo, o autor francês ressalta que as agências noticiosas funcionam, por toda a parte, como “mídias das mídias”, isto é, desempenham o papel de fornecedoras de informações e imagens, o que aumenta a responsabilidade delas com a confiabilidade e o controle da informação divulgada (NEVEU,

2006, p.62), algo que parece bem próximo à realidade não apenas da Agência Câmara, mas de todos os veículos legislativos e mídias das fontes.

6 Conclusões provisórias

A partir da observação das rotinas de produção dos veículos legislativos, é possível identificar os critérios de noticiabilidade em funcionamento nessas mídias e ver as diferenças entre veículos mantidos por uma mesma instituição. Percebe-se que não há um acordo entre os profissionais sobre a adoção dos valores-notícia, ainda que haja uma tendência para adoção dos valores-notícia classicamente aceitos entre os profissionais dos jornalistas. Uma explicação razoável para tal estratégia parece ser a necessidade de obtenção de credibilidade para a produção desses veículos. A fim de legitimá-los no campo do jornalismo, os profissionais precisam adequar as rotinas aos parâmetros hegemônicos da profissão no Brasil.

As críticas verbalizadas pelos jornalistas demonstram que o principal questionamento diz respeito exatamente à estratégia de adoção desses critérios clássicos de noticiabilidade aplicados pela imprensa convencional e reproduzidos, em grande medida, nas mídias do Legislativo. Seriam esses critérios os mais adequados para a cobertura da atividade legislativa, com vistas ao estímulo da participação popular e abertura do sistema político brasileiro? Essa parece ser uma das questões importantes trazidas à tona pelos próprios profissionais dessas mídias.

Considerando o que ressaltamos no início, o caráter de convenção cultural e profissional dos critérios clássicos do jornalismo, não é impossível, do ponto de vista deontológico e prático, uma redefinição desses valores-notícia para os objetivos e intenções dos veículos da Câmara. A adoção de critérios próprios, que não correspondem em sua totalidade aos tradicionalmente adotados na mídia comercial, não configura, em nossa opinião, um desvirtuamento do caráter jornalístico dessas mídias, ou uma adaptação pura e simples a práticas de relações públicas, mais do que informativas.

Por suas peculiaridades – rotinas, missão, objeto de cobertura – parece eticamente defensável que as mídias legislativas definam um estatuto próprio de noticiabilidade, enfocando aspectos deixados de lado pela mídia comercial ou, ao menos, invertendo a prioridade dos assuntos e enfoques tradicionais. Especialmente, em relação ao interesse DO público, critério alçado ao primeiro lugar nas mídias comerciais e que serve como desculpa

para a exploração comercial da informação. Algo que não tem lugar nas mídias legislativas, exatamente por seu caráter público de veículos de informação estatais.

Cabe ressaltar dois pontos. O primeiro deles diz respeito à exigência de diversidade em mídias de caráter público, para que elas possam cumprir a missão de estímulo à cidadania e à participação popular na política. Diversidade que não se restringe às fontes de informação, mas que engloba enfoques, assuntos e vozes contempladas nesses veículos, numa perspectiva de ampliar a visibilidade de questões e grupos no espaço público. O segundo aspecto a destacar é a exigência de ênfase para o debate dos assuntos publicamente relevantes na cobertura. O aprofundamento da discussão pública, a partir da cobertura extensiva e intensiva das razões e argumentos políticos em jogo, também é essencial para que a mídia legislativa cumpra seu papel de realmente informar os cidadãos sobre o Legislativo e suas atividades.

Caso fique restrita às fontes, enfoques e coberturas tradicionais, sem abrir espaço para diversidade de vozes e aprofundamento do debate público, a mídia legislativa não cumprirá nenhum papel diferenciado em relação à mídia convencional. E sem acrescentar nada ao debate público, ficará muito difícil justificar a função social de suas atividades.

Referências

BERGER, Christa. **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais.** As relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora. 1996. Tese (Doutorado em Comunicação Social). ECA-USP, São Paulo. Documento disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 4 set. 2001.

BIRD, S. Elizabeth; DARDENNE, Robert W. **Mito, registro e 'estórias':** explorando as qualidades narrativas das notícias. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 263-277.

BIROLI, Flávia. **Técnicas de poder, disciplinas do olhar:** aspectos da construção do "jornalismo moderno" no Brasil. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (orgs.) *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010. P.195-222.

BREED, Warren. **Controlo social na redacção. Uma análise funcional.** IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 152-166.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. **A estrutura do noticiário estrangeiro.** A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 61-73.

HENN, Ronaldo. **Pauta e notícia.** Canoas: Editora da Ulbra, 1996.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo.** 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LALINDE, Ana Maria. **Elementos para compreender la noticia.** IN: *Signo y pensamiento*, número 17, 1990. P. 11-27.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad.** Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

_____, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 74-90.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presen a, 1995.

Criteria of newsworthiness and agenda of the legislative media of the Brazilian's Chamber of Deputies

Abstract

The article analyses the criteria of newsworthiness adopted in legislative media maintained by the Brazilian's Chamber of Deputies: TV Câmara, R dio Câmara, Journal da Câmara and Agência Câmara. The goal is to understand the influence of classical news values in the organization of the agenda and on journalistic routines in these media. With specific mission, they end up observing, often, the same criteria of commercial media, in an attempt to gain legitimacy in the journalistic field.

Keywords

News values, legislative Media, Brazilian's Chamber of Deputies.

Criterios de noticiabilidad y la agenda de los medios de comunicación legislativos de la C mara de Diputados brasileña

Resumen

El artículo analiza los criterios de noticiabilidad utilizados en los medios legislativos mantenidos por la C mara de Diputados brasileña: TV C mara, Rádio C mara, Jornal da C mara e Ag ncia C mara. El objetivo es comprender la influencia de los valores clásicos de noticiabilidad en la organización periodística y en las rutinas de producción. Con una misión específica, los medios legislativos terminan utilizando, a menudo, los mismos criterios de los medios comerciales, en un intento de obtener legitimidad en el ámbito periodístico.

Palabras-clave

Noticiabilidad, medios legislativos, C mara de Diputados de Brasil.

Recebido em 17/04/2011
Aceito em 19/10/2011

Copyright (c) 2011 Autor(es) / Copyright (c) 2011 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in research, educational and non-commercial activities.

